



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - SMAN/CAOP/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP

Processo nº 08211.003315/2020-97

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para aquisição de peças e componentes destinados a manutenções programadas (preventivas e preditivas) e não programadas (corretivas) de aeronaves tipo Helicóptero, modelo AS 350B2 e AS355N, discriminadas abaixo, pertencente à frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, tendo por objetivo manter as aeronaves em plenas condições de aeronavegabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Modelos das Aeronaves, ano de fabricação e matrícula		
Modelo	Ano de Fabricação	Prefixo
AS350B2	1995	PT-HZH
AS350B2	2002	PR-HFA
AS350B2	2013	PR-LEE
AS355N	2002	PR-HFC
AS355N	2002	PR-HFD

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade simbólica unitária	Valor Simbólico Unitário R\$	Valor de Referência	Custo Máximo de Aquisição
01	1	<p>PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do <i>Pricelist</i> da fabricante das 05 (cinco) aeronaves tipo Helicóptero, modelos AS 350B2 e AS 355N</p> <p>Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo é possível aferir tomando-se por base parâmetros inerentes às determinações técnicas de</p>	5.198.242,00	R\$ 1,00	R\$ 5.198.242,00	4.435.360,00 + taxa obtida item 2(em %)

	manutenção regular da aeronave.				
2	Taxa administrativa referente ao item 1	1	R\$ 17,20	17,2	17,2%
3	PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do <i>Pricelist</i> da fabricante das 05 (cinco) aeronaves tipo Helicóptero, modelos AS 350B2 e AS 355N. Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo não é possível aferir, em razão de fatores imprevisíveis.	6.258.480,00	R\$ 1,00	R\$ 6.258.480,00	5.340.000,00 + taxa obtida item 4 (em %)
4	Taxa administrativa referente ao item 3	1	R\$ 17,20	17,2	17,2%
TOTAL (conforme taxa de administração máxima de 17,2%)					R\$ 11.456.722,00

1.2. Os itens 1 e 3, da tabela acima, não são objeto de lances, apenas correspondem aos valores de referência que a administração tem reservado para gastos com peças, FAVOR REPETIR OS VALORES NOS ITENS 1 e 3;

1.3. Os itens 2 e 4; serão usados apenas para efeito de cadastro, lance e classificação da proposta no site de compras. Para efeitos de orçamento, já estão somados aos itens principais licitados (1 e 3).

1.3.1. Os itens 2 e 4, referem-se aos valores da taxa de administração, conforme percentuais especificados na tabela, convertidos para valores em reais, que serão objetos de lances, consignados em ata de sessão pública o seu resultado somente para fins de cálculo da taxa de administração a ser aplicada, conforme o valor da peça ou componente a ser demandado.

1.3.2. Exemplo: O licitante mantém o valor de R\$ **5.198.242,00** no item 1, ofertando lance de **R\$ 17,2** no item 2, mantém valor de **R\$ 6.258.480,00** no item 3 e oferta lance de **R\$ 10** no item 4; neste caso subte-se que o valor a ser acatado pela administração como taxa administrativa serão os valores dos itens 2 e 4, correspondente a 17,2% e 10% respectivamente. O pregoeiro ajusta o item 1 como 5.198.241,92 (4.435.360 + 17,2%) e o item 2 como 5.874.000,00 (5.340.000 + 10%) resultando num total de R\$ 11.072.241,92. O somatório dos lances que resultar no menor valor total será considerado o vencedor.

1.3.3. Os itens 2 e 4 serão ajustados pelo pregoeiro conforme taxas de administração apresentadas.

1.4. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.4.1. De acordo com as propostas apresentadas, percebe-se variação na metodologia de cobrança da taxa administrativa adotada pelas empresas. Nesse sentido, obedecendo o percentual máximo a ser aferido após a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, serão observados os percentuais praticados pela contratada, conforme critérios descritos nas propostas, da forma mais vantajosa para a administração.

1.4.2. Quando as peças forem adquiridas no Brasil, poderão compor o valor apenas os tributos recolhidos e os gastos efetivamente comprovados, desde que não ultrapassem o percentual de taxa de administração contratado.

1.4.3. Os itens não descritos no Pricelist do fabricante e que constem no Manual de Manutenção da aeronave e/ou no IPC (Catálogo Ilustrado de Peças), terão como preço base para referência anterior a aplicação da taxa administrativa, a cotação direta com a fabricante da aeronave ou da peça (com valores sem a incidência de: a) frete e seguro internacional; b) custo de admissão e manutenção do Depósito Especial (DE); e c) custos de nacionalização, os quais se incluem: frete interno; taxa SISCOMEX e Infraero / CODESP; eventual honorário de despachante; para posterior aplicação da taxa de administração conforme proposto pelo vencedor do certame;

1.4.4. Os itens não descritos no Pricelist, bem como aqueles não abrangidos pelo objeto do contrato de fornecimento de peças que necessitem de instalação e/ou reposição, serão fornecidos pela CONTRATANTE;

1.4.5. Todas as peças e componentes serão originais ou recomendadas pelo fabricante para as aeronaves **AS 350B2 e AS 355N**, prefixos PR-HFA, PT-HZH, PR-LEE, PR-HFC, e PR-HFD, todas do acervo da CAOP/DIREX/PF.

1.4.6. Foram considerados os valores contratados no último contrato de serviço nº 18/2018-COAD/DLOG/PF, para o FORNECIMENTO DE PEÇAS e/ou COMPONENTES de **R\$ 2.123.959,62** que, acrescidos de incidência de taxa de administração, e, também, a mais recente PESQUISA DE MERCADO conforme apresentado nas propostas recebidas e apresentadas nos autos.

1.4.7. O ITEM 1 possuirá um valor total estimado de R\$ 5.198.242,00 (cinco milhões, cento e noventa e oito mil duzentos e quarenta e dois reais), caso o resultado final seja o valor máximo de taxa de administração.

1.4.8. Valor de referência no item 1 é Reserva da administração para gastos com peças fundados na lista de preços do fabricante da aeronave (Pricelist);

1.4.9. Item 2 Percentual de taxa de administração (17,2%) a ser aplicado sobre o item 1.

1.4.10. O ITEM 3 possuirá um valor total estimado de R\$ 6.258.480,00 (seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais), caso o resultado final seja o valor máximo de taxa de administração.

1.4.11. Valor de referência no item 3 é Reserva da administração para gastos com peças fundados na lista de preços do fabricante da aeronave (Pricelist);

1.4.12. Item 4 Percentual de taxa de administração (17,2%) a ser aplicado sobre o item 3.

1.4.13. Na taxa de administração poderão estar incluídos todos os **serviços de frete, desembaraço alfandegário, riscos, consolidações de materiais, lucros, manutenção e gerenciamento de estoque, galpões e tributos antes da nacionalização**

1.5. DETALHAMENTO DO ITEM 1:

1.5.1. Em relação ao item 1, foram considerados os valores executados no último contrato (nº 07/2020-COAD/DLOG/PF) e, também, recente PESQUISA DE MERCADO, conforme apresentado nas propostas recebidas e apresentadas;

1.5.2. O valor de R\$ 4.435.360,00 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e sessenta reais) é o valor de referência previsível de peças a serem trocadas, lembrando que além das peças constantes no mapa do fabricante, há outras peças acessórias que sempre são danificadas ou não recomendadas à reutilização pelo fabricante (cablagens, conexões elétricas, tubulações, vedações especiais, porcas, parafusos, pinos, contrapinos, buchas ...), não havendo como especificar devido à diversidade de componentes na aeronave e já está incluso no valor do item 1;

1.5.3. Esclarece-se que mesmo com a previsibilidade do valor mínimo, a Administração só efetuará o pagamento dos componentes efetivamente fornecidos, podendo ser inferior ao valor estimado da contratação do item;

1.6. DETALHAMENTO DO ITEM 3:

1.6.1. Em relação ao item 3, após diversas reuniões/definições/adequações, chegou-se à conclusão da inviabilidade na manutenção de um depósito estratégico prévio devido a possibilidade de ônus à administração pública sem que haja utilização da peça adquirida. Neste sentido, consumou-se da realização do certame através de registro de preços, com a constatação dos itens já pendentes e não autorizado para o contrato vigente de fornecimento de peças e a previsão das possíveis peças com

risco de danos, chegando ao valor **R\$ 5.340.000,00** (cinco milhões trezentos e quarenta mil reais). Há de se destacar, que o presente custo estimado pode ser reduzido caso haja o prosseguimento da aquisição dos itens discrepantes diretamente a empresa responsável, que não participa desta licitação por não fornecer diretamente as peças das aeronaves objetos do certame. Destacamos que **há um processo de aquisição deste motor e de outros itens dos motores das aeronaves esquilo que venham a apresentar discrepância nos próximos anos relativo ao GRUPO MOTO PROPULSOR, qual seja, o processo SEI 08211.002938/2019-17 em que temos um valor de aquisição DO ITEM MOTOR em Euros de EUR 555.055,22, valor inferior frente a proposta de aquisição apresentada de EUR 680.371,00 (doc. SEI 12422488) por intermédio do pretendido registro de preços.**

1.6.1.1. A aquisição de aeronaves similares aos do objeto desta contratação, por meios judiciais ou doação, carecem de aquisição de materiais que as adequem as funções policiais, se enquadrando, a classificação deste item 3 a aquisição dos equipamentos necessários para mitigar o perigo das operações aéreas policiais com equipamentos adequados, tais quais itens de segurança para voos a baixa altura (corta cabos e protetores de rotor de cauda) e facilitadores de embarque e desembarque com a aeronave acionada (portas corrediças, estribos e ancoragens), vez que nas aquisições realizadas nas aeronaves para fins de voo policial, houve a PREVISIBILIDADE de inclusão destes itens de segurança.

1.6.1.2. A aquisição de itens em substituição a itens obsoletos ou descontinuados se enquadram nesta classificação deste item 3, haja vista não termos a previsibilidade concreta da evolução dos itens aeronáuticos que visam reduzir a carga da tripulação e mitigar os perigos do voo policial.

1.6.1.3. A aquisição de itens de segurança que visem proteger a integridade da tripulação e passageiros, a exemplo de áreas e situações com a possibilidade de serem alvejados por armas de fogo, se enquadra na classificação deste item 3, pois não havia previsão a época da aquisição das aeronaves do aumento do poderio bélico das organizações criminosas.

1.7. RELAÇÃO DE CUSTOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS POR EVENTO IMPREVISÍVEL

1.7.1. Essa sistemática visa minimizar a oneração dos contratos quando da ocorrência de defeitos mais significativos financeiramente, agilizando a contratação das peças que não estão relacionadas nas manutenções regulares de imediato, favorecendo a continuidade do funcionamento da aeronave, coadunando com a contratação de manutenção (contrato distinto remunerado à custo fixo mensal) de acordo com o princípio da eficiência e economicidade.

1.7.1.1. A aquisição só será efetivada após a constatação do dano da peça fora das programadas (item 1), autorização do fiscal do contrato, e disponibilidade orçamentária.

1.7.1.2. O FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES deverá ser prestado em conjunto com o contrato de manutenção da aeronave, a fim de assegurar a integridade do patrimônio público em sua plena condição de aeronavegabilidade e, conseqüentemente, o pleno emprego nas operações desencadeadas pela Polícia Federal ordinariamente e, extraordinariamente nas de outros órgãos, já que a sua interrupção pode vir a comprometer a prestação do serviço público e a sua função social.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Justificativa pelo não parcelamento do objeto:

2.2.1. Em que pese haver a possibilidade de fracionar o objeto da contratação em grupos e itens distintos ou, até, em certames licitatórios autônomos, como fora realizado nos processos realizados no ano de 2012 para as aeronaves EMB-145 da frota da CAOP, verificou-se na prática que tal fracionamento não seria a opção mais vantajosa para a Administração.

2.2.2. Esta forma de contratação resulta por vezes na indisponibilidade parcial da aeronave que impede sua operação, no entanto, os demais contratos continuam vigentes e por sua vez sendo honrados representando gastos mensais mesmo que a aeronave permaneça em solo. Tal problema ocorre porque apesar de serem prestados por empresas diversas e aparentemente não possuírem vínculos diretos e finalidade distintas, todos os contratos interferem diretamente na operabilidade da aeronave, tendo único objetivo final: a aeronavegabilidade e disponibilidade da aeronave para voo.

2.2.3. Nesse contexto, seria muito provável que ocorressem conflitos de interesse entre as diversas empresas contratadas, principalmente quando houvesse necessidade de se responsabilizar qualquer delas por vícios ou fatos dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, em razão de estarem todos eles relacionados ao mesmo objeto, ou seja, a manutenção da AERONAVE.

2.2.4. Dessa forma, por se tratar de serviços inter-relacionados, o agrupamento dos itens é economicamente vantajoso para a Administração. Além disso, é conveniente que tais serviços tenham um gerenciamento centralizado, de modo a evitar a prejudicialidade comentada nos parágrafos anteriores. Como afirmado, o eventual fracasso da contratação ou da execução correta da prestação dos serviços ou do fornecimento de materiais aeronáuticos, em separado, por empresas distintas, poderia comprometer toda a contratação aqui almejada, acarretando sérios prejuízos à Administração, revezes financeiros e descontinuidade dos serviços operacionais das aeronaves.

2.2.5. Por essas razões, entende-se que os itens 1 a 3 a serem licitados devem permanecer agrupados em grupo único, pois essa é a melhor forma de administrar o contrato a ser celebrado e que possibilitará a integralidade do patrimônio público e condições mais vantajosas à Administração, nos termos do art. 15º, da Instrução Normativa nº 005/2017-MPOG, de 26 de maio de 2017 (IN 05/2017).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos componentes de uso rotineiro, a exemplo daqueles usados em trocas sistemáticas e inspeções preventivas, deverá ser acertado no orçamento aprovado pela fiscalização de modo a atender os prazos de execução das inspeções, em remessa (*única*), no seguinte endereço: **Coordenação de Aviação Operacional, Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Hangar 13/14, Lago Sul, Distrito Federal, CEP 71.608-900**, de segunda a sexta, no horário de 08h às 18h, exceto feriados, salvo se houver necessidade pela CAOP/DIREX/PF de entrega em horário diverso.

5.2. Nas eventuais situações em que um componente de maior complexidade sofrer algum tipo de avaria provocada por acidente e/ou incidente, pela urgência que a situação requeira, o prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias. Os casos de impossibilidade comprovada de cumprimento dos prazos estabelecidos, como por exemplo, a ausência da peça no estoque da CONTRATADA e a conseqüente necessidade de importação, deverão ser fundamentados por escrito para a CONTRATANTE para análise e posterior deliberação.

5.3. Os componentes controlados por tempo limite de vida ou por tempo limite entre revisões deverão ser solicitados de forma pré-programada, mediante pedido antecipado da CONTRATANTE, sendo sua entrega estipulada para o prazo máximo de 30 (trinta) dias. Os casos de impossibilidade comprovada de cumprimento dos prazos estabelecidos, como por exemplo, a ausência da peça no estoque da

CONTRATADA e a conseqüente necessidade de importação, deverão ser fundamentados por escrito para a CONTRATANTE para análise e posterior deliberação.

5.4. Os componentes não controlados por ficha de matrícula, utilizados nos diversos sistemas da aeronave, principalmente das áreas de elétrica e aviônicos, deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis e, no caso de uma possível entrega internacional, para **30 (trinta)** dias úteis. Os casos de impossibilidade comprovada de cumprimento dos prazos estabelecidos, como por exemplo, a ausência da peça no estoque da CONTRATADA e a conseqüente necessidade de importação, deverão ser fundamentados por escrito para a CONTRATANTE para análise e posterior deliberação.

5.5. Os prazos deverão ser contados a partir do recebimento por parte da CONTRATADA do pedido oficial e orçamento aprovado emitido pela CONTRATANTE.

5.6. No ato da entrega, as PEÇAS e/ou COMPONENTES nacionais ou estrangeiros deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).

5.7. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento.

5.8. Qualquer alteração superveniente na lista de preços (*Pricelist*) do fabricante, que venha a ocorrer durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE, sob pena de não produzir efeito em relação às solicitações posteriores.

5.9. A ocorrência do ADDITIONAL BILLING será admitida mediante comprovação por meio de laudo técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.

5.10. Para faturamento das peças de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

5.11. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.12. A contratada deverá oferecer um meio *on line* para o fornecimento de orçamento, efetivação do pedido, acompanhamento e o rastreamento da entrega das peças e componentes comprados.

5.13. Assim que for efetivada a solicitação de orçamento pela fiscalização, a CONTRATADA terá 02(dois) dias úteis para encaminhar orçamento com valor total das PEÇAS e COMPONENTES relacionados na Solicitação de Fornecimento.

5.14. Todas as PEÇAS e/ou COMPONENTES deverão ser originais ou recomendados pelo fabricante.

5.15. Os percentuais da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO a serem cobrados no fornecimento das PEÇAS e/ou COMPONENTES serão aqueles advindos do resultado da licitação.

5.15.1. A taxa Administrativa para o Fornecimento de Componentes Importados deverá contemplar:

- 5.15.1.1. fretes;
- 5.15.1.2. taxas alfandegárias;
- 5.15.1.3. custos de armazenagem;
- 5.15.1.4. seguros (caso necessite);
- 5.15.1.5. lucro.

5.15.2. A taxa Administrativa para o Fornecimento de Componentes Nacionais deverá contemplar:

- 5.15.2.1. fretes;
- 5.15.2.2. custos de armazenagem;

5.15.2.3. seguros (caso necessite);

5.15.2.4. lucro.

5.15.3. Não poderá incidir taxa administrativa sobre os tributos governamentais.

5.16. No decorrer das intervenções de manutenção na AERONAVE, caso haja falha em PEÇA e/ou COMPONENTE, que deva necessitar de conserto, revisão ou descarte, conforme o caso e a depender da natureza e/ou extensão do defeito apresentado na PEÇA e/ou COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO, e que seu conserto se tornará anti-econômico ou com prazo que indisponibilize a ponto de tornar a recuperação desvantajosa para o interesse público, desde que demonstrado a conveniência e vantagem para a administração, poderá ser adotado o método de aquisição de tal componente mediante EXCHANGE, com valor menos oneroso ao considerar-se o de um componente novo.

5.17. Após a aprovação dos orçamentos e apresentação de laudos e justificativas, a autoridade competente deverá transferir o domínio de propriedade da PEÇA e/ou COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO ao fornecedor da PEÇA e/ou COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento deste.

5.18. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, por meio do Termo de Recebimento Provisório, onde relacionará todos os produtos recebidos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste e na proposta.

5.19. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nesta Minuta de Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, em se tratando de entrega de mercadoria nacional, e 30 (trinta) dias, em se tratando de entrega internacional, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.20. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.21. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.22. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como acerca de desvios de condutas, irregularidades, fraudes ou atos ilícitos, praticados na execução do contrato;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. Não praticar atos para ingerência na administração da empresa contratada, especialmente quanto a direcionamento de escolha de possíveis trabalhadores;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada se for produto nacionalizado, ou do correspondente manual original do fabricante caso seja importado;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. Estabelecer, em conformidade à Portaria MJSP nº 513, de 2020, normas gerais de integridade em até 06 (seis) meses;

7.1.7.1. A implantação ou a adequação do Programa de Integridade poderá ser comprovada por qualquer documento hábil a ser encaminhado à equipe de fiscalização do contrato, preferencialmente, em meio digital.

7.1.8. Orientar seus empregados alocados para a execução do contrato sobre as normas de integridade e a indispensabilidade de seu cumprimento;

7.1.9. Adotar práticas de governança e gestão capazes de identificar e mitigar desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, de acordo com as normas de integridade previstas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015;

7.1.10. Relatar ao órgão contratante, por escrito, qualquer descumprimento das normas de integridade praticado por agentes públicos com os quais mantenha contato em decorrência da execução do contrato;

7.1.11. Substituir com presteza qualquer profissional que tenha cometido desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, conforme observado e notificado pelo agente público competente;

7.1.12. Apresentar à equipe de fiscalização do contrato, juntamente com o rol de documentos obrigatórios do empregado alocado para a execução do contrato, Termo de Ciência e Concordância, devidamente assinado pelo empregado, conforme modelo constante no anexo à Portaria MJSP nº 513, de 2020, e a este Projeto Básico;

7.1.13. Encaminhar à equipe de fiscalização do contrato, observados os prazos estabelecidos na alínea “a”, documentação que evidencie, em alinhamento com os parâmetros do Capítulo IV do Decreto nº 8.420, de 2015, a realização das seguintes ações e atividades:

7.1.13.1. promoção e participação em reuniões, apresentações, palestras e quaisquer outros eventos de natureza semelhante que evidenciam o comprometimento da alta direção da empresa em temas relacionados à integridade;

- 7.1.13.2. mapeamento dos riscos de integridade e estabelecimento de ações mitigadoras, revisadas periodicamente;
- 7.1.13.3. canal de denúncia, aberto e amplamente divulgado, com garantia do devido sigilo ao denunciante;
- 7.1.13.4. código de ética ou de conduta aplicável a todos os dirigentes, administradores e empregados, independente de cargo, emprego, posto ou função exercidos;
- 7.1.13.5. treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade, que envolvam as vedações incidentes na relação público-privada;
- 7.1.13.6. promoção de campanhas para divulgar os princípios e valores que regem a empresa contratada e o serviço público, bem como outros temas sobre integridade e combate a desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos;
- 7.1.13.7. adoção de medidas disciplinares, em caso de violação do Programa de Integridade, e de procedimentos e determinações que assegurem a pronta interrupção da tentativa ou da prática de desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos;
- 7.1.13.8. monitoramento contínuo do Programa de Integridade, com objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de prevenção de atos lesivos, bem como sua detecção e combate; e
- 7.1.13.9. encaminhamento semestral de relatório da execução do Programa de Integridade à equipe de fiscalização do contrato;

7.1.14. Cumprir e exigir que os empregados alocados para a execução do contrato nas repartições administrativas cumpram, no que couber, as regras estabelecidas pelos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os componentes em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.3. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

7.6. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todo e qualquer defeito de fabricação das PEÇAS e/ou COMPONENTES fornecidos, independentemente de ser, ou não, a fabricante do produto;

7.7. A garantia do componente se dará mediante substituição do item defeituoso, exceto se a CONTRATADA comprovar que o problema da peça se deu por inadequações na instalação, operação ou manuseio.

7.8. Sempre que forem constatados defeitos nas PEÇAS e/ou COMPONENTES fornecidos, a CONTRATADA deverá, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, substituí-los no prazo de 10 (dez) dias úteis, desde que disponíveis em estoque.

7.9. Todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão e reposição, despesas com deslocamento de equipes, comunicação, dentre outros, será por conta e responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.10. Garantir PEÇAS e/ou COMPONENTES a partir da data de sua entrega, contadas por sequência ininterrupta de meses ou por horas de voo, o que ocorrer primeiro, conforme os prazos a seguir descritos:

7.11. **A) PEÇAS E/OU COMPONENTES NOVOS:** Durante 12 (doze meses) meses ou 1.000(mil) horas de voo, a partir de sua instalação nos helicópteros, ou 24 (vinte e quatro) meses após sua entrega ao fornecedor deste contrato, o que vencer primeiro;

7.12. **B) PARA ITENS REPARADOS, REVISADOS E DE TROCA STANDARD E PEÇA(S) USADA(S):** Durante 500 (quinhentas) hora de voo ou 6 (seis) meses da ocasião em que sejam instaladas nos Helicópteros ou 12 (doze) meses após sua entrega ao fornecedor deste contrato, o que ocorrer primeiro. Para itens reparados, a garantia está limitada ao reparo feito e/ou Peças substituídas.

7.13. A contratada deverá disponibilizar de profissionais capacitados para importação, desembaraços aduaneiros, avaliações (no caso de *EXCHANGE*), e todos os demais atos necessários para a entrega da peça conforme estabelecido nesta Minuta de Termo de Referência.

7.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

9. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.5. Caberá à equipe de fiscalização do contrato acompanhar o cumprimento do prazo para apresentação dos documentos comprobatórios quanto à obrigação prevista no item 7.1.7 deste Termo de Referência.

10.5.1. Após análise da conformidade das informações, a equipe de fiscalização do contrato deverá dar ciência à unidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável pelo Programa de Integridade e à empresa contratada.

10.5.1.1. Em caso de descumprimento da obrigação de apresentar o Programa de Integridade dentro dos prazos estabelecidos, a equipe de fiscalização deverá tomar as providências cabíveis para a aplicação de penalidade à empresa contratada.

10.6. Após a implementação ou adequação do Programa de Integridade pela contratada, a equipe de fiscalização deverá realizar acompanhamento da execução do programa, por meio do relatório encaminhado pela empresa contratada, semestralmente.

10.6.1. Em caso de descumprimento do envio do relatório semestral, a equipe de fiscalização deverá notificar a empresa contratada e proceder com o registro do ocorrido.

11. **DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = (6/100)/365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA () exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. A GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13.2. Os pagamentos se darão após o recebimento e aceite do objeto por parte da equipe de fiscalização.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, que somado ao período da garantia legal, serão aqueles estabelecidos nos itens 7.11 e 7.12, que são prazos fornecido pelo fabricante, ou superior, caso o fabricante altere os prazos de garantia no decorrer do contrato. Os prazos serão contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Os prazos estabelecidos para peças novas e aqueles para peças usadas/trocadas/reparadas são os usuais da indústria de aviação.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 15.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, caso seja exigido, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (VINTE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR

15.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, serão exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando da aquisição de bens:

16.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

16.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

16.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados.

16.5. A comprovação do disposto no subitem anterior e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

16.6. Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5º I, II, III e § 1º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. *O (valor de referência ou valor máximo aceitável) para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será aplicado sobre o price list do fabricante para as peças, estimando, para manutenções programadas de **R\$ 5.198.242,00** (cinco milhões, cento e noventa e oito mil duzentos e quarenta e dois reais) e das discrepâncias de **R\$ 6.258.480,00** (seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais), totalizando de **R\$ 11.456.722,00** (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil setecentos e vinte e dois reais) .*

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. Os recursos orçamentários a serem empregados nas aquisições eventualmente efetivadas serão aquelas oriundas da Conta Única do Tesouro Nacional, descentralizadas à UASG 200334 (COAD/DLOG/PF), todavia, trata-se de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, modalidade licitatória que prescinde previsão orçamentária específica.

Brasília-DF, 20 de maio de 2021.

Elaborado por:

CARLOS EDUARDO HESSEL DE PAULA

Integrante Técnico

FABIO LUIS BRAGA BAGUEIRA LEAL

*Integrante Técnico***ELISÂNGELA ALVES FERREIRA***Integrante Administrativo*

De acordo:

GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOÃO

Delegado de Polícia de Federal

Coordenador de Aviação Operacional - Substituto*Integrante Requisitante*

APROVAÇÃO: Aprovo a presente Minuta de Termo de Referência por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constan, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

CAIRO COSTA DUARTE*Delegado de Polícia Federal**Diretor Executivo Substituto*

Documento assinado eletronicamente por **FABIO LUIS BRAGA BAGUEIRA LEAL, Fiscal de Contrato - Substituto(a)**, em 18/08/2021, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOAO, Coordenador - Substituto (a)**, em 18/08/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO HESSEL DE PAULA, Agente de Polícia Federal**, em 19/08/2021, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAIRO COSTA DUARTE, Diretor Executivo**, em 24/08/2021, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19846674** e o código CRC **CFE18A1F**.